

**ACORDO ENTRE O INSTITUTO  
DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL E O  
MUNICÍPIO DE .....**

A Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, encerra o regime jurídico que preside à intervenção das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, adiante designadas CPCJ, no âmbito da promoção dos direitos e da protecção das crianças e jovens em perigo.

O n.º 1 do artigo 14.º do referido diploma dispõe que as instalações e os meios materiais de apoio necessários ao funcionamento das CPCJ são assegurados pelo Município, podendo ser celebrados protocolos de cooperação com os serviços do Estado representados na Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, adiante designada Comissão Nacional.

Foi celebrado no dia 10 de Janeiro de 2001 um Protocolo de Cooperação entre o Governo, pelos Ministros da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade, e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que estabelece na alínea b) do n.º 2, que os

(ano de 2003)

encargos com o apoio logístico às CPCJ, da responsabilidade dos Municípios, podem ser objecto de contratualização através de acordos de cooperação específicos.

O Despacho conjunto n.º 562/2001, de 22 de Junho, fixa os critérios e os procedimentos, referentes à comparticipação dos encargos com o apoio logístico, com os municípios onde estejam criadas CPCJ.

Foi ainda celebrado um Protocolo de Desenvolvimento entre a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade, em 18 de Janeiro de 2002, que fixa os procedimentos referentes à comparticipação nos encargos assumidos pelos municípios com o pessoal administrativo que colabora com as CPCJ.

Com a concordância da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Governo determinou que essa contratualização com os Municípios assenta em dois critérios:

- para efeitos de apoio logístico, a população residente com menos de 15 anos, (cfr. Despacho Conjunto n.º 562/2001).
- para efeitos de apoio ao pagamento de funcionário administrativo, o n.º de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ no período de um ano, (cfr. Protocolo de Desenvolvimento).

Assim, no cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, do Despacho Conjunto n.º 562/2001, e da alínea b) do artigo 2º do Protocolo de Cooperação acima referido, o Instituto de Solidariedade e Segurança Social, representado pelo Presidente do Conselho Directivo, Dr. José Afonso Mouralak Ribeiro de Castro, e pela Vogal, Dra. Maria Joaquina Ruas Madeira e o Município de ....., representado pelo Presidente da Câmara Municipal, ....., celebram entre si o presente Acordo de Cooperação que se rege pelas cláusulas seguintes:

## **Cláusula I**

### **Objecto e Âmbito**

O presente Acordo determina os termos em que o Ministério da Segurança Social e do Trabalho, através do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, comparticipa financeiramente o Município de ..... no apoio logístico necessário ao funcionamento da respectiva CPCJ instalada pela Portaria n.º....., de .....de ....., que funciona em edifício da .....

## **Cláusula II**

### **Apoio Logístico**

O Município de ..... será responsável pelo apoio logístico à CPCJ do concelho, nos termos do artigo 14º da Lei de Protecção.

## **Cláusula III**

### **Definição**

- 1) Entende-se por apoio logístico a obrigação de assegurar as condições materiais para o funcionamento adequado da CPCJ do concelho.
- 2) Para o apuramento destas condições materiais o Município deve articular, semestralmente, com a CPCJ do concelho a fim de, conjuntamente, analisarem as necessidades inerentes ao apoio logístico da mesma.
- 3) O apoio logístico traduz-se, nomeadamente, em:
  - a) Disponibilização de instalações;
  - b) Mobiliário, telefone, fax, fotocopiadora, computador, impressora;
  - c) Água, electricidade, despesas de telefone e fax;
  - d) Material de escritório;
  - e) Combustível para viatura.
  - f) Cedência de funcionário administrativo.

#### **Cláusula IV**

##### **Critério de comparticipação para o apoio logístico**

- 1) O Estado comparticipa financeiramente com o Município de ....., de forma mensal.
- 2) Esta comparticipação tem como referência o nº de crianças e jovens, com menos de 15 anos, residentes no Município outorgante.
- 3) Tendo em conta o disposto nos números anteriores, esta comparticipação divide-se em 3 escalões, a saber:
  - a. até 1000 habitantes, a comparticipação mensal é de **748,20 €**, setecentos e quarenta e oito euros e vinte cêntimos.
  - b. de 1001 a 5000 habitantes, a comparticipação mensal é de **1.246,99 €**, mil, duzentos e quarenta e seis euros e noventa e nove cêntimos.
  - c. mais de 5000 habitantes, a comparticipação mensal é de **1.496,39 €**, mil, quatrocentos e noventa e seis euros e trinta e nove cêntimos.
- 4) O valor referido no número 2) desta cláusula baseia-se na informação oficial, mais actualizada, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística, através do recenseamento geral da população -"Censos".

#### **Cláusula V**

##### **Apoio Administrativo**

Ao valor referido na cláusula anterior acresce a comparticipação relativa aos encargos com o pessoal administrativo, de acordo com o Protocolo de Desenvolvimento.

#### **Cláusula VI**

##### **Critério de Comparticipação para o Apoio Administrativo**

- 1) O Estado comparticipa financeiramente com o Município de ....., de forma mensal.
- 2) Conforme definido no Protocolo de Desenvolvimento, a comparticipação nos encargos com o funcionário que presta o apoio administrativo obedece a um critério único, que toma por referência o número de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ de no período de um ano.

- 3) Este número baseia-se na informação disponibilizada no Relatório de Avaliação da Actividade da CPCJ do ano anterior, enviado à Comissão Nacional.
- 4) Tendo em conta o disposto nos números anteriores, a comparticipação nos encargos com o pessoal administrativo é determinada da seguinte forma:
  - a) até 150 crianças e jovens acompanhados, a comparticipação mensal é de **93,91€**, noventa e três euros e noventa e um cêntimos.
  - b) mais de 150 crianças e jovens acompanhados, a comparticipação mensal é de **140,86€**, cento e quarenta euros e oitenta e seis cêntimos.
- 5) Para as CPCJ em início de actividade é atribuído um valor correspondente ao primeiro escalão.

## **Cláusula VII**

### **Actualizações**

Os valores financeiros referidos no presente Acordo, são actualizados anualmente com base na taxa de inflacção do ano anterior a publicar pelo Instituto Nacional de Estatística.

## **Cláusula VIII**

### **Periodicidade das Transferências**

As transferências das verbas para o Município, referidas nas Cláusulas anteriores, são efectuadas anualmente.

## **Cláusula IX**

### **Vigência e Denúncia**

O presente Acordo vigora pelo prazo de 1 ano, sendo renovado automaticamente por iguais períodos, podendo ser denunciado por qualquer das partes com a antecedência mínima de 30 dias.

**Cláusula X**  
**Entrada em vigor**

O presente Acordo entra em vigor no primeiro dia útil seguinte à data da sua assinatura.

**Cláusula XI**  
**Efeitos**

- 1) A comparticipação referente ao Apoio Logístico reporta os seus efeitos a 10 de Janeiro de 2001, para os Municípios onde naquela data já esteja instalada CPCJ, e para os restantes à data de instalação da Comissão de Protecção.
- 2) A atribuição do montante previsto no Protocolo de Desenvolvimento, produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2002 para os Municípios onde naquela data já esteja instalada CPCJ, e para os restantes à data de instalação da Comissão de Protecção.

Lisboa, .....

**Pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social**

\_\_\_\_\_

**Pelo Município**

\_\_\_\_\_